



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



281) De acordo com o que está expresso no texto Constitucional, no artigo 5º, qual é a alternativa incorreta:

- a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- b) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- c) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato;
- d) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- e) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

RESPOSTA: “c”

Comentários: A alternativa C é a incorreta, pois a Constituição garante a livre manifestação do pensamento, proibindo, contudo, o anonimato, conforme inciso IV.

282) A nossa Constituição prevê uma série de direitos e garantias sobre a propriedade, de acordo com o que consta no texto constitucional, assinale a assertiva correta.

- a) no caso de iminente perigo publico, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não havendo previsão sobre indenização.
- b) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, será objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, caso o proprietário não pague tais débitos no prazo legal;
- c) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade publica, ou por interesse social, mediante indenização justa em dinheiro.
- d) é garantido o direito de propriedade;
- e) aos autores pertence o direito concorrente de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, que não se transmite aos herdeiros.

RESPOSTA: “d”

Comentários: Tal questão exige a memorização pelo candidato sobre o direito de propriedade, cujo regramento mínimo é previsto na Constituição. A letra A é incorreta, pois caso haja dano, haverá indenização posterior ao uso por parte da autoridade competente. Quanto a pequena propriedade rural, esta não será objeto de penhora. Em relação à desapropriação, a indenização é justa (corresponde ao valor real do imóvel) e prévia (antes da desapropriação) e em dinheiro. No tocante aos autores, o uso de sua obra é exclusivo e não concorrente e, transmite-se aos herdeiros.

283) Em matéria de direito penal, onde a Constituição garante os mínimos direitos, é correto afirmar que

- a) não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- b) é reconhecida a instituição do júri, sendo assegurado, dentre outras características a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e patrimônio.
- c) as práticas do racismo e do terrorismo são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de anistia ou perdão.
- d) é considerado pela lei como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, os crimes hediondos, sendo que por tais crimes respondem os mandantes, os executores, nada dispondo a constituição sobre quem se omite.
- e) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a idade e o sexo do apenado.

RESPOSTA: “a”

Comentários: a alternativa correta está prevista no inciso XXXVII, do artigo 5º.

284) Conforme expressamente dispõe a Constituição Federal, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando

- a) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- b) tratar-se de direito político indisponíveis.
- c) o processo judicial tratar de direitos difusos e coletivos.
- d) a defesa do Estado e a intimidade da sociedade o exigirem.
- e) envolver interesses públicos do Estado e da sociedade.

RESPOSTA: “a”

Comentários: A alternativa correta está prevista no inciso LX, do artigo 5º.

285) De acordo com o texto constitucional expresso nos incisos do artigo 5º, aponte a alternativa incorreta.

- a) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- b) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser estendidas aos sucessores.
- c) a lei adotará as seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direitos.
- d) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

RESPOSTA: “b”.

Comentários: A alternativa incorreta se opõe ao que diz o inciso XLV, pois a obrigação de reparar o dano e o perdimento de bens, pode ser estendidas e executadas contra os sucessores, até o limite do valor que receberam do condenado falecido.

286) No tocante à extradição, aponte a alternativa correta.

- a) somente o brasileiro nato pode se extraditado.
- b) tanto o brasileiro nato quanto o naturalizado pode ser extraditado.
- c) o naturalizado pode ser extraditado por crime político.
- d) o estrangeiro pode se extraditado por crime político ou de opinião.
- e) somente o brasileiro naturalizado pode ser extraditado se cometer crime comum antes da naturalização ou de estar comprovado o seu envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

RESPOSTA: “e”

Comentários: Tal tema, extradição, é muito recorrente nos concursos. Mas, o que é extradição ? É a entrega de uma pessoa que cometeu um crime em um país para que lá seja processado e punido. Ou seja, o indivíduo cometeu um crime no país e de lá fugiu. O brasileiro nato NUNCA pode ser extraditado. O estrangeiro pode ser extraditado, a não ser que tenha cometido crime político ou de opinião, nesse caso, não será extraditado. O brasileiro naturalizado será extraditado em duas hipóteses, caso cometa um crime comum antes da naturalização ou, pouco importando se for antes ou após a naturalização, estiver comprovado o seu envolvimento no tráfico ilícito de entorpecentes. Os incisos LI e LII regulamentam tal tema.

287) De acordo com a nossa Constituição Federal, no tocante às associações, aponte a alternativa incorreta.

- a) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- b) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal no seu funcionamento.
- c) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- e) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

RESPOSTA: “a”.

Comentários: a plenitude para a criação de associações para fins lícitos é restringida quanto às de caráter paramilitar, que são as associações que possuem hierarquia e disciplina própria das Forças Armadas, portanto, estas são proibidas pela Constituição.

288) Quanto ao direito de herança, segundo a nossa Constituição, aponte a alternativa correta.

- a) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País ou não será regulada pela lei brasileira, mesmo que traga prejuízo ao cônjuge ou dos filhos brasileiros ou não.
- b) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, mesmo que a lei pessoal do *de cuius* (falecido) seja mais favorável.
- c) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei estrangeira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
- d) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius* (falecido).

RESPOSTA: “d”.

Comentários: A alternativa correta é disciplinada no inciso XXXI, do artigo 5º, onde nossa Constituição aponta que a sucessão da herança de estrangeiros que possuem bens no Brasil obedecerá a lei brasileira, sempre que a lei do país de origem do estrangeiro não for mais benéfica ao cônjuge e aos filhos brasileiros.

289) Quanto à propriedade intelectual, aponta a alternativa correta, segundo está previsto no artigo 5º da Constituição.

- a) é assegurado, nos termos da lei, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participem aos criadores e aos intérpretes.
- b) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- c) é assegurada, nos termos da lei, a proteção temporária às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas.
- d) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

RESPOSTA: “d”

Comentários: a assertiva correta esta expressamente prevista no inciso XXIX.

290) De acordo com o texto constitucional, a lei

- a) não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito, excluindo a ameaça de lesão.
- b) não prejudicará o ato jurídico perfeito.
- c) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.
- d) não prejudicará o direito adquirido, salvo para beneficiar o réu.

RESPOSTA: “b”

Comentários: Tal questão aborda o tema de segurança jurídica, no tocante à lei, que não prejudicará o ato jurídico perfeito (aquele que já se encerrou, inclusive seus efeitos, por exemplo: um contrato de locação em que já findou o seu prazo), o direito adquirido (aquele que já incorporou no patrimônio do cidadão, por exemplo, direito à férias), ou a coisa julgada (aquela decisão judicial onde não cabe mais recurso, seja pelo esgotamento dos recursos, seja pela perda do prazo para recorrer. Quanto à lei penal, ela não trará efeitos para trás (não retroage), a não ser que seja para ajudar, beneficiar o réu, como por exemplo, uma diminuição da pena.